



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



**Apelação Criminal nº:** 0055080-20.2008.8.17.0001 (0247013-1)  
**Comarca:** Recife  
**Juízo:** 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes  
**Apelante:** Wilson Pereira Porto e outro  
**Advogada:** Niedja M. B. Assunção e outro  
**Apelado:** Ministério Público de Pernambuco  
**Procuradora de Justiça:** Gerusa Torres de Lima  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. APELO WILSON PEREIRA PORTO. DELITO CONFIGURADO. ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PREVISTA NO ART. 28 DA LEI 11.343/06. PLEITOS INVIÁVEIS. MUDANÇA REGIME PRISIONAL. NEGADA. APELO AIRTON RAMOS CORREIA. PROVIDO.

1. O pleito de absolvição por insuficiência probatória não se sustenta, uma vez que foram bem demonstradas a materialidade e autoria do delito, lastreadas pelas provas carregadas aos autos, notadamente a apreensão da droga que estava de posse do Apelante e as encontradas no galpão indicado pelo mesmo, além dos testemunhos dos policiais que executaram o flagrante e acompanharam o acusado ao local de armazenamento da droga.
2. Inviável a desclassificação do delito para o art. 28 da Lei 11.343/2006, diante da comprovação nos autos da autoria e materialidade delitivas.
3. O regime inicial fechado para o cumprimento de pena se mostra adequado ao caso em apreço, em conformidade com a análise das circunstâncias judiciais, notadamente pela expressiva quantidade de droga apreendida em poder do Apelante.
4. Diante da insuficiência de provas robustas a ensejar a condenação do apelante Airton Ramos Correia e, com base no princípio do *in dubio pro reo*, procedente o apelo para absolver o réu do crime a ele imputado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal, em que figuram como partes as acima mencionadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a unanimidade, em **negar provimento** ao apelo de Wilson Pereira Porto e **dar provimento** ao apelo de Ailton Ramos Correia, tudo de acordo com o relatório, votos e notas taquigráficas que passam a integrar este aresto.

Recife, 19/03/2013.

Des. Fausto Campos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



**Apelação Criminal nº:** 0055080-20.2008.8.17.0001 (0247013-1)  
**Comarca:** Recife  
**Juízo:** 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes  
**Apelante:** Wilson Pereira Porto e outro  
**Advogada:** Niedja M. B. Assunção e outro  
**Apelado:** Ministério Público de Pernambuco  
**Procuradora de Justiça:** Gerusa Torres de Lima  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Criminal Interposta por Wilson Pereira Porto e Airton Ramos Correia, contra a sentença prolatada pela 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a entorpecentes da Capital, que os condenou pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estipulando a ambos a pena de 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias multa, pelo crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06.

No recurso de fls. 309/318, requer Wilson Pereira Porto a reforma da sentença, pugnando pela desclassificação do delito de tráfico de entorpecentes para o de uso, com a mudança de regime na hipótese de manutenção da decisão condenatória. Em seguida, pede pela anulação da sentença recorrida, absolvendo-o das acusações a si imputadas.

Às fls. 322 e 329/335, o apelante Airton Ramos Correia requer a nulidade do processo e, caso não seja acolhido o pedido, pugna pelo provimento do recurso a fim de que seja decretada sua absolvição por insuficiência de provas.

Contrarrazões às fls. 341/343 e 348/350, em que o Ministério Público requer o desprovimento do recurso, mantendo-se a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 372/374, em parecer da lavra da Dra. Gerusa Torres de Lima, opina pelo desprovimento do apelo quanto ao apelante Wilson Pereira Porto para manter a decisão vergastada e, com relação ao apelante Airton Ramos Correia o provimento do recurso para absolvê-lo das acusações contidas na denúncia.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

É o Relatório. À douta revisão.

Recife, 19 de Fevereiro de 2013.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



384

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

**Apelação Criminal nº:** 0055080-20.2008.8.17.0001 (0247013-1)  
**Comarca:** Recife  
**Juízo:** 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes  
**Apelante:** Wilson Pereira Porto e outro  
**Advogada:** Niedja M. B. Assunção e outro  
**Apelado:** Ministério Público de Pernambuco  
**Procuradora de Justiça:** Gerusa Torres de Lima  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**VOTO**

Consta nos autos que no dia 19/12/2008, policiais civis do GOE, durante diligências investigativas decorrentes de denúncias anônimas relativas ao tráfico de drogas, abordaram o apelante Wilson Pereira Porto defronte à Policlínica do bairro do Pina, portando dois "tabletes" de maconha dentro de uma sacola plástica, equivalentes a cerca de dois quilos da droga.

O acusado foi preso em flagrante, apreendida a substância entorpecente e, ao ser indagado pelos policiais se havia mais drogas em seu poder, indicou o local onde estavam armazenadas, qual seja, um galpão localizado no bairro do Ibura, em frente à sua residência. Chegando ao local, o paciente abriu a porta do galpão com a chave que tinha em seu poder, tendo sido encontrado pelos policiais, dentro de uma geladeira velha, 37 (trinta e sete) tabletes de maconha, o que equivale a aproximadamente 40 (quarenta) quilos da droga, conforme consta no auto de apresentação e apreensão às fls. 23 e nas fotos tiradas no interior do galpão às fls. 40/41.

Em interrogatório (fls. 18/21) realizado nas instalações do GOE, afirma Wilson Pereira Porto que recebeu um pedido do correu Airton Ramos Correia, vulgo "Tito", para que fosse até a Policlínica do Pina entregar os dois tabletes de maconha a uma pessoa. Diz ainda no depoimento que o corréu é seu conhecido, sendo o proprietário das drogas armazenadas no mencionado galpão.

Não obstante o apelante Wilson Pereira confessar toda a conduta delitiva, fornecendo os detalhes da ação e a localização da droga, em juízo (fls. 210/211), negou que tivesse confessado o crime e a ligação que tinha com o corréu.





385

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

sua posse, 02 (dois) tabletes de maconha, equivalente a dois quilos da droga e 37 (trinta e sete) tabletes de maconha totalizando aproximadamente 40 (quarenta) quilos, localizados no galpão indicado pelo acusado aos policiais por ocasião do flagrante, conforme consta no Auto de Apresentação e Apreensão às fls. 23. O laudo de constatação (fls. 24) apresentou resultado positivo para *Cannabis Sativa Linné*, substância entorpecente conhecida como Maconha.

Em seu depoimento realizado na fase policial (fls. 18/21), Wilson Pereira Porto relata com riqueza de detalhes, toda a ação delituosa desde o momento em que se dirigiu às imediações da Policlínica do Pina para fazer a entrega de dois papелotes de maconha a um indivíduo a pedido do corréu, até a indicação do local de armazenamento da droga em que foi encontrada e apreendida a vultosa quantidade de drogas acima mencionada.

Entretanto, na fase judicial, o Apelante desmente tudo o que disse perante a autoridade policial. Passa a negar a confissão espontânea e a delação do corréu Ailton Correia, afirmando inclusive que não o conhece, pelo que apresenta uma nova versão totalmente inverossímil, como se vê nos trechos de seu interrogatório (fls. 210/211) a seguir:

**"(...)QUE não são verdadeiros os fatos contidos na denúncia; não é viciado em drogas, inclusive não fuma cigarro; que somente respondeu ao processo que tramitou na 13ª vara criminal; que não é amigo e nem tampouco conhece o acusado Ailton Ramos Correia; que na ocasião em que foi preso por volta das 17h10min do dia 19.12.2008, não estava com a droga consistente em tabletes de maconha prensada, equivalente a 2 kg; na verdade essa droga estava em um galpão localizado defronte de sua residência no Ibura, na rua Visconde de Azoara, no Alto da Bela Vista; (...) o que ocorreu naquele dia é que a polícia ligou de forma descaracterizada, para o interrogando e marcou com ele um encontro defronte da policlínica no bairro do Ibura; assim que ele chegou nesse local a polícia o algemou levando-o para o galpão após lhe pedir que indicasse onde era o mesmo; ato contínuo, o interrogando levou-os até o galpão e lá após entregar as chaves à polícia o galpão foi aberto pela mesma; a polícia então passou a procurar drogas tendo o Delegado achado os 2kg de maconha, dentro de uma geladeira velha sem uso que estava no galpão; ato contínuo afirmou que nada tinha a ver com aquela droga; não chegou a ter conhecimento de quem era a droga; (...) o Delegado encontrava-se com a foto do outro acusado, inclusive chegou a afirmar que a droga era do mesmo, e que queria saber quem foi que repassou essa droga para o Ailton Ramos Correia; nega peremptoriamente que confessou o crime e que delatou o 2º denunciado; que nada sabe informar a respeito do 2º acusado, Ailton Ramos;" (g.n.)**





386

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Airton Ramos Correia

O Recorrente pugna em seu apelo pelo provimento do recurso para que seja absolvido da imputação constante na denúncia, sob o argumento de que inexistem provas de sua participação no crime.

Verifico que as alegações do Apelante têm fundamento.

A suposta participação de Airton Ramos veio à baila através do depoimento (fls. 18/21) do corréu Wilson prestado perante a autoridade policial, pelo que transcrevo abaixo trechos do interrogatório:

"(...) QUE, hoje, por volta das 17:30 horas, o autuado recebeu uma ligação do indivíduo conhecido como "TITO", pedindo que o mesmo se dirigisse à Policlínica do bairro do Ibura e levasse consigo 02 (dois) tabletes de maconha para ser entregue a "um cara", que ligaria para o autuado; (...) QUE, esclarece que a droga estava guardada num galpão, localizado na frente da casa do autuado, pertencente a um indivíduo desconhecido, que teria adquirido o imóvel da pessoa identificada como GUSTAVO; (...) QUE, além da droga que o autuado foi orientado por "TITO" a levar até a Policlínica no dia de hoje, havia mais 35 (trinta e cinco) tabletes de maconha, de propriedade do "TITO", guardados no mencionado galpão, todavia não sabe como o mesmo adquiria a maconha; (...) QUE, esclarece ainda que a droga seria distribuída gradativamente, sempre que "TITO" ligasse para o autuado e o autorizasse a entregar determinada quantia a alguém;"

Ocorre que, em juízo (fls. 210/211), Wilson Pereira desmente as declarações, negando qualquer relação com Airton Ramos, como se vê abaixo:

"(...) que não é amigo e nem tampouco conhece o acusado Airton Ramos Correia; que na ocasião em que foi preso por volta das 17h10min do dia 19.12.2008, não estava com a droga consistente em tabletes de maconha prensada, equivalente a 2 kg; (...) não chegou a ter conhecimento de quem era a droga; (...) o Delegado encontrava-se com a foto do outro acusado, inclusive chegou a afirmar que a droga era do mesmo, o que queria saber quem foi que repassou essa droga para o Airton Ramos Correia; **nega peremptoriamente que confessou o crime e que delatou o 2º denunciado; que nada sabe informar a respeito do 2º acusado, Airton Ramos;** que no dia que foi preso pela polícia não chegou a ter nenhum contato com esse acusado, nem na Delegacia de Polícia;"





387

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

Assim, **julgo procedente o apelo para absolver Ailton Ramos Correia**, da prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.

Ante todo o exposto, **nego provimento ao recurso** do apelante **Wilson Pereira Porto**, e **dou provimento** ao recurso do apelante **Ailton Ramos Correia**, de acordo com o que consta no presente voto.

É o voto.

Recife, 19 de Maio de 2013

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 247013-1**

**APELANTE: WILSON PEREIRA PORTO E OUTRO**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**

**REVISOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de apelação interposto em face da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, que condenou os acusados **Wilson Pereira Porto e Airtton Ramos Correia** à pena de **07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 600 (seiscentas) dias multa, cada um, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do delito previsto no art. 33 (tráfico de drogas) da Lei 11.343/06.**

Consta da denúncia que, na tarde de 19 de dezembro de 2008, por volta das 17:10, defronte da policlínica do bairro do Pina, nesta cidade, policiais do grupo de operações especiais da Polícia Civil do Estado, promovendo diligências investigativas decorrentes de denúncias anônimas, acerca do tráfico de drogas, abordaram Wilson Pereira Porto e encontraram um saco plástico contendo dois tabletes de maconha prensada, equivalentes a dois quilos. Os policiais o prenderam, apreenderam a droga e depois o conduziram a um galpão localizado na Rua Visconde de Azoara, defronte ao nº 144, Ibura, nesta cidade, onde havia mais 35 tabletes de maconha, equivalentes a 40 quilos, que também foi apreendido.

Consta ainda que a droga encontrada era do 2º denunciado Airtton Ramos Correia, que, embora preso no Presídio Aníbal Bruno, comandava uma rede tráfico, sendo Wilson o distribuidor da maconha.

O recorrente **Wilson Pereira Porto** argumenta que a prova colhida não comprovou a comercialização de drogas,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

pois a substância encontrada em seu poder foi para uso próprio, além disso não foi pego vendendo a droga.

Afirma que não foi encontrado nenhum instrumento comumente usado pelos traficantes para embalar e fragmentar a droga e que a dúvida, sobre a idoneidade da prova relativa ao comércio de entorpecentes, impõe a desclassificação.

Ao final, pede a absolvição, a desclassificação do delito e a mudança de regime.

O réu **Airton Ramos Correia** também recorreu sob o argumento que a peça vestibular não descreveu qual seria realmente o envolvimento, os fatos com objetividade e concisão para formação da *opinio delicti*. Diz que todas as testemunhas são policiais e que a denúncia não descreve nada.

Pede, por fim, a nulidade do processo e, assim não ocorrendo, espera que haja o provimento do recurso para se decretar a absolvição por insuficiência de provas ou, caso seja mantida a condenação, deve-se pautar ao patamar mínimo.

O Órgão Ministerial apresentou contrarrazões aos recursos, pugnando pelo improvimento dos apelos (fls. 341/343 e 348/350).

Instada a se pronunciar a Douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do apelo de Airton Ramos Correia e pelo não provimento do apelo de Wilson Pereira Porto (fls. 372/374).

Quanto ao apelo de Wilson Pereira Porto, analisando-se o conjunto probatório, verifica-se que, no tocante ao delito descrito no art. 33 (tráfico de drogas) da Lei nº 11.343/2006 não assiste razão ao apelante.

A materialidade encontra-se demonstrada por meio do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 23, laudo pericial de fls. 64/68 que constatou que o material recolhido tratava-se de *Cannabis sativa* Linneu, vulgarmente denominada maconha.



390

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

A autoria também é indubitosa e recai na pessoa do apelante, o que se conclui pela análise da prova deponencial, sobretudo os depoimentos dos policiais **Clodomir Miguel da Silva de fls. 09/11/266/267**, **Pierre de Holanda Vasconcelos Neto de fls. 12/13/268** e **Ricardo Filipe da Cunha Cavalcanti de fls. 15/16** dos autos e pelo auto de reconhecimento de pessoa por foto de fls.42/43.

O crime imputado ao apelante é o previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006, que indica, de modo pormenorizado, as ações que podem importar em crime, posto que, para sua tipificação, não se exige qualquer ato de tráfico, bastando, como no caso, que o agente guarde a substância entorpecente, pois o "guardar" já é delito consumado, segundo umas das normas múltiplas que contém o citado artigo.

Portanto, em tema de entorpecentes "guardar" é bastante para integrar a figura criminosa do tráfico ilícito, tornando-se irrelevante o fato de que o infrator não foi surpreendido no próprio ato da venda da mercadoria proibida.

Também não há como desprezar os depoimentos dos policiais, que efetuaram a prisão do acusado **Wilson Pereira Porto**, especialmente quando os mesmos se ajustam aos demais elementos constantes do processo, como ocorreu no presente caso.

Aliás, quanto à validade dos depoimentos prestados por policiais militares, a matéria já se encontra pacificada em nosso Tribunal, consoante a **Súmula nº 75**, que abaixo transcrevo:

**"É válido o depoimento de policial como meio de prova"**

Convém ainda sublinhar que apesar do acusado **Wilson Pereira Porto** se dizer dependente químico na apelação, neste caso, não foi produzida prova idônea para evidenciar a finalidade exclusiva para uso próprio e sequer foi cogitado requerimento do exame de dependência toxicológica.

Diante de tais evidências, a conclusão é de que o apelante se conduziu conforme o tipo descrito no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, mormente no que diz respeito à destinação do entorpecente ao comércio, haja vista a guarda da erva vulgarmente conhecida como maconha, evidenciando que não se tratava de mero usuário, restando



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

manifesta a impossibilidade de se dar provimento ao pleito absolutório, formulado pela defesa.

Desse modo, verifico que todas as provas efetivamente convergem para a condenação de Wilson Pereira Porto, de modo que a decisão ora afrontada não merece qualquer reforma, por ser justa e adequada ao delito ora em comento.

No tocante à apelação de Airton Ramos Correia, tenho que razão assiste ao apelante, devendo a sentença ser alterada.

Compulsando os autos, verifico que apesar da materialidade do delito está provada, a autoria resta duvidosa. É que não há nos autos prova capaz de atribuir ao acusado Airton Ramos Correia a autoria pelo cometimento do delito descrito na denúncia.

Como se vê, a única prova existente que se tem é a afirmação do acusado Wilson Pereira Porto na fase inquisitorial que diz ser de Airton Ramos Correia a droga apreendida. Entretanto, na fase judicial, o 1º acusado nega tal afirmação.

Assim, a apontada autoria delitiva de Airton Ramos Correia sinalizada como uma mera possibilidade não seria o bastante para implicar e justificar a condenação criminal, que exige uma certeza plena.

Vigora no processo penal pátrio o princípio segundo o qual, para alicerçar um decreto condenatório, **a prova deve ser indiscutível**, não bastando a alta probabilidade acerca do delito e da autoria. Persistindo a dúvida, por mínima que seja, resta forçosa a absolvição do acusado Airton Ramos Correia fundada no **princípio in dubio pro reo**.

Com estas razões, voto no sentido de negar provimento à apelação interposta por Wilson Pereira Porto, devendo ser mantida a sentença em todos os seus termos e dar provimento à apelação interposta por Airton Ramos Correia, para absolvê-lo do delito descrito na denúncia.

É como voto.

**Leopoldo de Arruda Raposo**  
Des. Revisor